

7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 21 de janeiro de 2023

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@abr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



Bolsas

Na sexta-feira



Pontuação B3

Ibovespa nos últimos dias



Dólar

Na sexta-feira



Salário mínimo

Últimos

16/janeiro	5,149
17/janeiro	5,100
18/janeiro	5,163
19/janeiro	5,170

Euro

Comercial, venda na sexta-feira



CDI

Ao ano



CDB

Prefixado 30 dias (ao ano)



Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62

CONJUNTURA

Concorrência acirrada pela reforma tributária

Pacheco defende que revisão dos impostos tenha por base a PEC 110, que está em tramitação no Senado, enquanto Lira propõe que o ponto de partida seja a PEC 45, na Câmara. Quem ganhar a disputa, aumenta o cacife junto ao Palácio do Planalto

» VICTOR CORREIA

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), travam uma acirrada disputa pelo pontapé inicial na reforma tributária. A concorrência, segundo membros do alto escalão do governo federal, é para definir por onde começa a revisão nos impostos — se pelo modelo dual de simplificação de tributos, previsto pela PEC 110, em tramitação no Senado Federal, ou se pela PEC 45, da Câmara, que propõe a criação de um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A ideia do governo, porém, é fazer um "mix" das propostas, juntando as duas. Lira defende que o texto inicial seja o da PEC 45, de autoria do deputado federal e presidente nacional do MDB, Baleia Rossi (SP). Só que a tese mais aceita é que a base seja a da PEC 110.

Candidatos à reeleição nas respectivas Casas Legislativas, Pacheco e Lira disputam o pontapé inicial na PEC por uma questão de posicionamento junto ao Palácio do Planalto. Afinal, seja por onde começar, o presidente praticamente "apadrinha" a reforma e aumenta o cacife nas negociações com o governo.

"Tenho a impressão que a opção é pela PEC 110. É mais rápido e seguro o Senado ser a instância revisora. Você faz a proposta e, se ela tiver que voltar após alterações na Câmara, aprecia. Na minha experiência parlamentar, de mais de 30 anos, isso é o mais adequado", disse o ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly, um dos autores da PEC. Para ele, a discussão está madura no Parlamento e "faltava o governo".

O mesmo entendimento é ecoado pelo governo. "O fato é que, na Câmara, vai demorar mais", disse um integrante da Esplanada. A urgência da medida ficou ainda mais ressaltada



Pacheco e Lira disputam para ver quem será o "padrinho" da revisão de impostos. Mas a tendência é que comece a tramitar pelo Senado

durante a semana, depois de Haddad dizer, no Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), que quer a reforma pronta até abril. O prazo é considerado entre "apertado" e "impossível" por especialistas, mas, para parlamentares, trata-se de tempo suficiente.

A articulação pela reforma está em andamento, de olho no retorno das atividades do Legislativo, em 1º de fevereiro. O secretário especial para a reforma tributária, Bernard Appy, reuniu-se com Baleia Rossi, com o relator da PEC 110, senador Roberto Rocha (PTB-MA), com o relator da PEC 45, deputado Aguiinaldo

Ribeiro (PP-AL) e com secretários de Fazenda dos estados.

Duas reformas

O governo definiu, ainda, que serão duas reformas tributárias. No primeiro semestre, as mudanças atingirão os tributos que incidem sobre o consumo. No segundo, o alvo é o Imposto de Renda de Pessoa Física, quando a Fazenda tentará reajustar a tabela do IRPF.

Para a economista e professora de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Carla Benito, as propostas estão tecnicamente maduras, mas o problema é no campo político. "Vai começar a

se mapear como será desenhada a frente ampla. As diferenças de impressões e de ideologia serão postas na mesa. Não vai ter uma unidade", acredita.

Outro ponto ressaltado por Haddad em Davos é que a reforma

será "neutra", sem aumento da

carga tributária. A expectativa, po-

rém, é que o peso do ajuste recaia

sobre o comércio. Na quinta-feira,

a Confederação das Associações

Comerciais e Empresariais do Brasi-

l (CACB) criticou ao afirmar que

o governo está fazendo uma refor-

mação voltada para as indústrias.

"Estamos falando de quase 65% do PIB (Produto Interno Bruto). Lógico que vão tributar

os serviços. E não é preciso criar uma alíquota maior. Qualquer incremento baixo é uma quantidade absurda de arrecadação", diz o economista e advogado Alessandro Azzoni.

Para ele, a reforma da forma como está desenhada não deve alterar significativamente a carga de tributos. Também crê que terá efeito limitado em um cenário de gastos públicos elevados.

"Acho que a primeira coisa que o governo deveria fazer é mostrar essa âncora fiscal, dando estabilidade. Depois, faz a reforma administrativa com equacionamento do tamanho do Estado", apontou.



Luciana é a terceira mulher na presidência a instituição

Comando do Ipea é feminino

» ROSANA HESSEL

Servidora de carreira no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Luciana Mendes Santos Servo é a nova presidente da autarquia. A ministra do Planejamento e Orçamento (MPO), Simone Tebet, bateu o martelo sobre o nome da economista ontem.

Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestra pela Universidade de São Paulo (USP), Luciana é a terceira mulher a comandar o órgão — a primeira foi Aspásia Camargo, entre 1993 e 1995, e a segunda, Vanessa Petrelli Corrêa, presidente interina em 2012. É, também, a primeira negra no comando da instituição, criada em 1964.

Em entrevista ao *Correio*, nessa semana, Tebet adiantou que estava analisando currículos e buscava uma mulher para comandar o Ipea ou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ficam submetidos à pasta comandada pela senadora licenciada.

"O nosso ministério alcançou a paridade, nos institutos a mesma coisa. Entre outras coisas, Luciana tem mestrado e doutorado. Não foi chamada por mim por ser mulher, foi chamada pela competência dela. Ela é especializada na área de saúde, que é o grande gargalo pós-pandemia", afirmou Tebet.

Funcionária do Ipea desde 1998, Luciana é coautora de relatórios do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, de um estudo sobre a demanda e a oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida no contexto da pandemia de covid-19 e de um trabalho sobre os recursos destinados aos municípios para a atenção primária à saúde.

"A diversidade no Ipea é imensa, com várias áreas e capacidades que permitem aportar esse conhecimento para o planejamento e a avaliação de políticas públicas", explicou Luciana.

Busca de apoio junto ao agro



Muitas vezes se dissemina uma imagem de que o setor é menos taxado em relação a outros setores da economia, como comércio e indústria.

Quando nós vemos como um todo a cadeia, vemos que a elevada

taxação que existe no Brasil também atinge o

setor agro"

Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), diretor da Frente

Parlamentar do Agronegócio

Comunicação (Seicom) da Presidência da República, Paulo Pimenta, para afinar a comunicação da reforma tributária. Para ele, se a mensagem for passada de forma correta para os setores da sociedade, isso será central na estratégia de política econômica para o crescimento.

Segundo o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), diretor da Frente Parlamentar do Agronegócio — e que será o vice-presidente da instituição —, o setor tem participado ativamente no Congresso dos debates em torno da reforma tributária, tanto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110 quanto da 45. A primeira cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), unindo PIS e Cofins, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), unindo ICMS e ISS. Já a 45 substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Bens e Serviços e um Imposto Seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas.

Ele diz que a FPA pleiteia que o setor seja contemplado "na amplitude da sua cadeia". "Muitas

vezes se dissemina uma imagem de que o setor é menos taxado em relação a outros setores da economia, como comércio e indústria.

Quando nós vemos como um todo a cadeia, vemos que a elevada

taxação que existe no Brasil também atinge o

setor agro"

Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), diretor da Frente

Parlamentar do Agronegócio

Brasil também atinge o setor do agronegócio", salienta.

Já a Confederação Nacional do Agronegócio avalia que nos projetos que tramitam no Congresso, o "aumento da carga tributária recaiu nos insumos, nas vendas dos produtos agropecuários e, também, na cobrança do Imposto de Renda da atividade rural".

«O nosso ministério alcançou a paridade, nos institutos a mesma coisa. Entre outras coisas, Luciana tem mestrado e doutorado. Não foi chamada por mim por ser mulher, foi chamada pela competência dela. Ela é especializada na área de saúde, que é o grande gargalo pós-pandemia», afirmou Tebet.

Funcionária do Ipea desde 1998, Luciana é coautora de relatórios do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, de um estudo sobre a demanda e a oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida no contexto da pandemia de covid-19 e de um trabalho sobre os recursos destinados aos municípios para a atenção primária à saúde.

"A diversidade no Ipea é imensa, com várias áreas e capacidades que permitem aportar esse conhecimento para o planejamento e a avaliação de políticas públicas", explicou Luciana.

Brasil também atinge o setor do agronegócio", salienta.

Já a Confederação Nacional do Agronegócio avalia que nos projetos que tramitam no Congresso, o "aumento da carga tributária recaiu nos insumos, nas vendas dos produtos agropecuários e, também, na cobrança do Imposto de Renda da atividade rural".

«O nosso ministério alcançou a paridade, nos institutos a mesma coisa. Entre outras coisas, Luciana tem mestrado e doutorado. Não foi chamada por mim por ser mulher, foi chamada pela competência dela. Ela é especializada na área de saúde, que é o grande gargalo pós-pandemia», afirmou Tebet.